



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Apresentação

José Deribaldo Gomes dos Santos
Domingos Leite Lima Filho
Henrique Tahan Novaes

Como citar: SANTOS, J. D. G.; LIMA FILHO, D. L.; NOVAES, H. T. Apresentação. *In:* SANTOS, J. D. G.; LIMA FILHO, D. L.; NOVAES, H. T. **Educação profissional no Brasil do século XXI**: políticas, críticas e perspectivas. Vol. 1 Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 13-16.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-092-1.p13-16>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

APRESENTAÇÃO

O Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia (GPOD) da FFC-UNESP Marília estabeleceu em março de 2018 uma parceria com o Grupo Trabalho, Educação, Estética e Sociedade (GPTRESS) da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, da Universidade Estadual do Ceará (FECLESC - UECE) para pesquisar a educação profissional no Brasil.

Foram realizadas reuniões presenciais, reuniões virtuais, debates, bancas de defesa de doutorado, palestras e minicursos. Parte das ações planejadas foram interrompidas em função da COVID-19. Em agosto de 2019 surgiu a ideia de socializar os frutos parciais de nossa parceria e ao mesmo tempo de convidar pesquisadores que são referência nessa área. Diante desse enorme desafio, resolvemos convidar o Prof. Dr. Domingos Leite Lima Filho (UTFPR) para nos ajudar a organizar esta coletânea.

O eixo norteador desta primeira fase da pesquisa foi a expansão da rede federal e estadual de educação profissional a partir do Decreto de 5.154/2004. Esse decreto do 1º Governo Lula da Silva levou a criação de

inúmeras políticas educacionais de expansão das redes estaduais, federais baseadas na integração do ensino médio com o técnico, ou simplesmente na expansão do entendido ensino técnico, com resultados ainda não plenamente avaliados. As positivities do decreto, contradições e limites do mesmo ainda merecem uma melhor avaliação por parte da academia. Os estudos realizados em geral analisam a concepção de educação profissional do decreto, o contexto político, a correlação de forças naquele momento, e comparações com o decreto de 1997 (Fernando Henrique Cardoso).

São poucos os estudos sobre a implementação desta política nos estados da federação. Menos raros são os estudos sobre a criação do Instituto Federal em 2008, mas ainda sem apreender o sentido da criação dessa rede federal que, ao mesmo tempo que se apresenta como novidade, traz em si marcas de continuidade histórica, uma vez que os institutos são criados a partir da transformação dos antigos CEFETs e Escolas técnicas e agrotécnicas, instituições originárias das Escolas de Aprendizes Artífices, criadas ainda no início do século XX.

Se tudo correr bem, no volume 2 iremos trazer mais resultados das nossas pesquisas e novamente convidar outros pesquisadores para socializar estudos sobre outras redes de educação profissional estadual e outras experiências dos Institutos Federais.

Ao que tudo indica, o capitalismo brasileiro, de matriz dependente e associada, tem encontrado resultados modestos na nova divisão internacional do trabalho. Países dos BRICS¹ como China e Índia despontam como novas potências, enquanto que a burguesia brasileira optou mais uma vez por se tornar protetorado dos EUA. Esse tipo de inserção incide diretamente na educação profissional, principalmente à medida que o país passa por uma reversão neocolonial da sua economia.

¹ “O BRICS é o agrupamento formado por cinco grandes países emergentes – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – que, juntos, representam cerca de 42% da população, 23% do PIB, 30% do território e 18% do comércio mundial. O acrônimo BRIC foi cunhado em 2001 pelo banco de investimentos Goldman Sachs, para indicar as potências emergentes que formariam, com os Estados Unidos, as cinco maiores economias do mundo no século XXI. Em 2006, os países do BRIC deram início ao diálogo que, desde 2009, tem lugar nos encontros anuais de chefes de Estado e de Governo. Em 2011, com o ingresso da África do Sul, o BRICS alcançou sua composição definitiva, incorporando um país do continente africano.” (Disponível em: <http://brics2019.itamaraty.gov.br/sobre-o-brics/o-que-e-o-brics>, acesso efetuado em 01/08/2020).

Ademais, com o avanço da extrema direita por via do sufrágio eleitoral em diversos países do mundo e por conseguinte o aprofundamento das políticas ultraneoliberais, a educação pública, destacadamente a profissionalizante, passa por uma nova onda de mercantilização e desmonte.

É verdade que as redes estaduais de educação profissional se encontram melhor posicionadas na hierarquia da educação estadual pública, pois possuem melhores laboratórios, vestibulinhos, redes de internet, infraestrutura em geral. Governantes usam estas escolas modelo como *vitrine* para se eleger e para mostrar que a educação pública pode oferecer o reino místico da inclusão social via aparato educativo.

As pesquisas socializadas neste livro nos mostram que - num país de dimensões continentais como o Brasil – a legislação e as diversas políticas e programas relativos à educação profissional produziram ações e resultados desiguais nos estados da federação. Dessa forma, as pesquisas evidenciam diferenciados processos e correlações de forças sociais que se estabelecem entre a enunciação das reformas, sua regulação em forma de lei, a aplicação da lei em programas governamentais e finalmente a sua implementação na situação particular das realidades concretas dos estados, municípios e de suas instituições educacionais, em que ocorrem múltiplos processos que podem envolver, segundo cada caso específico, singulares mediações, adesões, resistências, negociações entre os diferentes sujeitos sociais/institucionais que atuam no âmbito local, regional e nacional. Mostram também que as redes públicas de educação profissional e IFs são avaliados como acima da média, mas são permeadas pela a) a precarização do trabalho docente, b) formas *camufladas* ou explícitas de difusão do ideário liberal baseadas no empreendedorismo individual ou empresarial; c) ofensiva das Fundações, Institutos e ONGs – como braços de grandes empresas - que atuam na formulação, implementação e avaliação dessas políticas educacionais.

O livro chama-se “Educação profissional no Brasil do século XXI: políticas, críticas e perspectivas - vol. 1”. Ele foi dividido em duas partes e conta com 9 capítulos. A primeira parte foi intitulada “Educação profissional e políticas educacionais” e a Parte II “A expansão das redes estaduais e federal de educação profissional: críticas e perspectivas”.

Esperamos que o leitor tenha o mesmo prazer que nós tivemos ao organizar, ler os diversos capítulos e contribuir com sua socialização mediante a publicação desta obra.

Fortaleza, Curitiba e Marília, 30 de julho de 2020

José Derivaldo Gomes dos Santos (UECE)

Domingos Leite Lima Filho (UTFPR)

Henrique Tahan Novaes (UNESP)

(organizadores)